

## **MANIFESTO EM DEFESA DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DE CAPITAL MISTO DA UNIÃO**

A política de desmonte do setor público adotada pelo atual governo vem implementando o sucateamento nas empresas estatais, visando atender apenas aos interesses dos bilionários e do capital estrangeiro, a fim de promover as privatizações, com a venda do patrimônio nacional e de nossas riquezas naturais às empresas transnacionais e a governos de outros países. Para viabilizar este projeto, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95 – Novo Regime Fiscal, em dezembro de 2016, que limita por 20 anos os investimentos nas áreas de educação, saúde e C&T, a fim de manter o pagamento da dívida pública, não auditada, para atender aos banqueiros e ao mercado. Um completo descaso com o desenvolvimento do país!

A venda, o desmonte, o sucateamento, a falta de investimentos, a falta de condições mínimas para o funcionamento dos serviços públicos farão com que os preços em geral, tais como da gasolina e do gás de cozinha, da energia elétrica, dos alimentos, dos juros e tarifas bancárias subam e tornem a vida dos brasileiros mais dispendiosa e difícil, devido ao ataque a setores estratégicos como saúde, educação, C&T e a empresas públicas como a Petrobrás, a Companhia de Docas, a Eletrobrás, a Embrapa, a CBTU, o Serpro, a Dataprev, os Correios, a Casa da Moeda, a EBC e aos bancos públicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BRB e Caixa Econômica).

A fim de dar celeridade à extinção dos serviços e das empresas públicas, foi programado um ataque às trabalhadoras e aos trabalhadores. Ataque orquestrado pelo Ministério do Planejamento, inclusive se utilizando do Tribunal Superior do Trabalho – TST, no empenho de retirar direitos historicamente conquistados e não repor as justas perdas salariais a que a classe trabalhadora merece por sua labuta diária. Querem que os trabalhadores e trabalhadoras paguem pela gestão incompetente e corrupta desse governo e pelo mau uso do orçamento da União.

Em um momento em que estas categorias se encontram extremamente fragilizadas pela política de arrocho econômico e sensível aumento da violência nas cidades, um pacote governamental é lançado, como manobra político-jurídica que visa liquidar com os(as) trabalhadores(as) destas entidades, sem que estes tenham sequer a chance de lutar. Eis o resultado do atual estado de exceção a que estamos expostos: ameaças de termos a perda de direitos históricos, caso a Justiça do Trabalho venha a julgar os nossos dissídios integralmente; e o risco de nossas entidades sindicais serem levadas à falência, caso decidam ingressar em uma greve, por meio da imputação de multas exorbitantes.

Assim sendo, conclamamos, com este Manifesto, que todas as categorias do setor público, por meio de seus representantes, somem-se cada vez mais na unificação deste movimento para resistir e reivindicar o que nos é de direito, reforçando nossa posição, de que **não aceitaremos nenhum direito a menos.**

**Assinam este Manifesto:**

1. CUT Nacional
2. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

3. Coletivo Nacional dos Eletricitários -CNE
4. FNU – Federação Nacional dos Urbanitários
5. Sindsep - DF
6. Fentect - Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares
7. SindMetro-PE
8. SINDIMETRO-MG assina o manifesto.
9. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Estado de Alagoas
10. Sindfer/NE -Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Nordeste
11. A Condsef e a Fenadsef
12. Federação dos Ferroviários.
13. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio Grande do Norte - SINTEFERN
14. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Nordeste - SINDFER/NE
15. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Estado de Alagoas - SINFEAL
16. Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona da Central do Brasil FITF/\*CNTTL\*/CUT
17. Federação Interestadual Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT
18. SINTEFEP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS NO ESTADO DA PARAÍBA.
19. Federação Nacional dos Portuários
20. Sinpaf – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuária – Direção Nacional
21. Sinpaf SS Pará – Belém/PA
22. Sinpaf SS Acre – Rio Branco/AC
23. Sinpaf SS Roraima – Boa Vista/RR
24. Sinpaf SS Rondônia – Porto Velho/RO
25. Sinpaf SS Amazonas – Manaus/AM
26. Sinpaf SS Solos - Rio de Janeiro/RJ
27. Sinpaf SS Agroindústria de Alimentos - Rio de Janeiro/RJ
28. Sinpaf SS Agrobiologia - Seropédica/RJ
29. Sinpaf SS Tocantins – Palmas/TO
30. Sinpaf SS Dourados - MS
31. Sinpaf SS Campinas e Jaguariúna - SP
32. Sinpaf SS São Carlos - SP
33. Sinpaf SS Corumbá - MS
34. Sinpaf SS Campo Grande - MS
35. Sinpaf SS Sinop - MT
36. Sinpaf SS Goiânia - GO
37. Sinpaf SS Cerrados - Planaltina/DF
38. Sinpaf SS Hortaliças - Brasília/DF
39. Sinpaf SS Cenargen - Brasília/DF
40. Sinpaf SS Embrapa Sede - Brasília/DF
41. Sinpaf SS Codevasf Sede - Brasília/DF
42. Sinpaf SS Gado de Leite - Juiz de Fora/MG

43. Sinpaf SS Codevasf Montes Claros - MG
44. Sinpaf SS Florestas - Colombo/PR
45. Sinpaf SS Soja - Londrina/PR
46. Sinpaf SS Concórdia - SC
47. Sinpaf SS Bagé - RS
48. Sinpaf SS Bento Gonçalves - RS
49. Sinpaf SS Passo Fundo - RS
50. Sinpaf SS Pelotas - RS
51. Sinpaf SS Cruz das Almas - BA
52. Sinpaf SS Codevasf Bom Jesus da Lapa - BA
53. Sinpaf SS Codevasf Juazeiro - BA
54. Sinpaf SS Aracaju – SE
55. Sinpaf SS Codevasf Aracaju - SE
56. Sinpaf SS Codevasf Penedo - AL
57. Sinpaf SS Recife - PE
58. Sinpaf SS Algodão - Campina Grande/PB
59. Sinpaf SS Fortaleza - CE
60. Sinpaf SS Caprinos – Sobral/CE
61. Sinpaf SS Teresina - PI
62. Sinpaf SS Maranhão - MA
63. Sinpaf SS Embrapa Petrolina - PE
64. Sinpaf SS Codevasf Petrolina – PE
65. Sinpaf SS Parnaíba - PI
66. Sindicato dos Moedeiros
67. Comissão Nacional dos Empregados da EBC - Empresa Brasil de Comunicação
68. Sintrasef RJ
69. Contrafcut
70. Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região